

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS XII GUANAMBI-BA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

ADEILMA QUEIROZ DA MOTA

**OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS QUE AS JOVENS DE QUEIMADAS ATRIBUEM
AO SER QUILOMBOLA, A PARTIR DA CERTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE**

HOMINEMAUGERE

**GUANAMBI
2018**

ADEILMA QUEIROZ DA MOTA

**OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS QUE AS JOVENS DE QUEIMADAS ATRIBUEM
AO SER QUILOMBOLA, A PARTIR DA CERTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Educação do Campo pela Universidade do Estado da Bahia - Campus XII Guanambi.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dinalva de Jesus Santana Macêdo

**GUANAMBI
2018**

ADEILMA QUEIROZ DA MOTA

**OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS QUE AS JOVENS DE QUEIMADAS ATRIBUEM
AO SER QUILOMBOLA, A PARTIR DA CERTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Dinalva de Jesus Santana Macêdo - Orientadora

Prof.^a Me. Aline Oliveira Ramos - Banca Examinadora

Prof.^a Espec. Ana Paula dos Santos Souza - Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Dizer obrigada, às vezes, não é suficiente, não retribui as ausências e impaciências, mas cabe a mim agradecer por tudo que aprendi, cresci e vivi. Gratidão a todos que colaboraram com este momento formativo de minha vida!

Assim, não posso deixar de agradecer a Deus por ser luz em meu caminho, por ser força, refúgio e calma para minha alma, por ser ânimo e coragem para a concretização de mais um sonho.

À minha mãe Maria Helena, por ser exemplo de mulher, de mãe, minha grande incentivadora e razão do meu existir!

Ao meu esposo Vanilson Santos por toda paciência e amor a mim designados. Muito obrigada!

Aos professores, coordenadores e colegas da especialização em Educação do Campo por nos ensinar a olhar o campo como um espaço de vida permeado por singularidades. Obrigada pelos saberes partilhados!

À equipe que faz a Escola Beneval Castro Boa Sorte, em especial à minha diretora Leila pela compreensão, colaboração nas minhas ausências e pelas palavras de incentivo. Obrigada!

Agradeço às minhas amigas de caminhada Daniela Porto, Lidiara Ramos e Roselane Mota, saiba que com vocês as aulas da pós ficaram mais doces. Sou imensamente grata a Deus pela vida de vocês!

Às minhas co-leitoras de TCC Eugênia e Aninha, a contribuição de vocês enriqueceram meu trabalho. Obrigada!

À comunidade Quilombola de Queimadas a quem me acolheu de braços abertos. Sou imensamente grata!

À Dinalva, com seu jeitinho acelerado, contribuiu com o desenrolar da pesquisa. Grata por tudo!

Sem o apoio e incentivo de cada um(a) e a força de Deus não teria acreditado em mim mesma. Gratidão e muitos girassóis na vida de todxs!

Que venha o futuro! Outros sonhos, outros projetos, mestrado, doutorado... E ele, o futuro, a Deus pertence!

RESUMO

Este estudo objetivou compreender os sentidos e significados que as jovens de Queimadas atribuem ao ser quilombola, a partir da certificação da comunidade. Para tal, buscamos as contribuições da pesquisa qualitativa em educação, com a utilização de entrevistas semiestruturadas, da análise documental e do questionário. Os sujeitos da pesquisa foram seis jovens, uma liderança quilombola, uma educadora social e a técnica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), totalizando nove participantes. Para discussão e interpretação dos dados recorreu-se à análise de conteúdo na modalidade temática. Os resultados apontam que o pertencimento étnico-racial e quilombola em Queimadas está se consolidando paulatinamente. Todavia, dentre os possíveis fatores que interferem nessa construção de autoafirmação, estão: a visão estereotipada e preconceituosa que se têm da África, dos negros, dos quilombos e das religiões de matriz africanas; situações cotidianas de racismo; de preconceito e de discriminação racial e o desconhecimento da história e da luta da comunidade quilombola de Queimadas. Nesse sentido, as escolas que atendem as juventudes e crianças de Queimadas são convidadas a descolonizar os currículos, para que as práticas educativas possam contemplar as suas culturas que foram historicamente silenciadas e marginalizadas pelas políticas educacionais brasileiras.

Palavras-chave: Autodeclaração; Jovens; Certificação; Identidade; Quilombo.

ABSTRACT

This study aimed to understand the meanings and meanings that the young women of Queimadas attribute to being quilombola, from the certification of the community. To do this, we sought the contributions of qualitative research in education, using semi-structured interviews, documentary analysis and the questionnaire. The subjects of the research were six young people, a quilombola leadership, a social educator and the Social Assistance Referral Center (CRAS) technique, totaling nine participants. For the discussion and interpretation of the data we used content analysis in the thematic modality. The results indicate that the ethnic-racial and quilombola affiliation in Queimadas is consolidating gradually. However, among the possible factors that interfere in this construction of self-affirmation are: the stereotyped and prejudiced view of Africa, blacks, quilombos and African mother religions; everyday situations of racism; of prejudice and racial discrimination and the lack of knowledge of the history and struggle of the Quilombola community of Queimadas. In this sense, the schools that serve the youths and children of Queimadas are invited to decolonize the curricula, so that educational practices can contemplate their cultures that have been silenced and marginalized by Brazilian educational policies.

Keywords: Self-declaration; Young; Certification; Identity; Quilombo.

1 INTRODUÇÃO

Na tematização sobre juventude no Brasil, sobretudo, a juventude quilombola percebe-se uma carência de estudos sobre o assunto. Historicamente os jovens são invisibilizados das políticas públicas e os espaços pelos quais frequentam, são vistos como sujeitos homogêneos em suas relações socioculturais, de gênero, de pertencimento etnicorracial, dentre tantas outras dimensões.

Assim, justifico esta pesquisa, pois falar sobre as diversas formas de lutas e resistências a que tem enfrentado a população negra ao longo da história, seus lemas e dilemas, chama-me a atenção não somente pelos desafios que me são impostos, no dia a dia da sala de aula, enquanto educadora, mas, essencialmente por ser negra com uma identidade em construção. Isso porque as situações preconceituosas e racistas com as quais deparamos, de forma explícita ou implícita, fazem-nos, às vezes, querer negar quem somos, nossa história, nossa identidade.

É uma temática que venho discutindo desde a graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, que culminou com a monografia intitulada “Currículo e Identidade na Educação Infantil: um olhar reflexivo sobre as questões etnicorraciais” sob a orientação das professoras Heldina Pinto e Dinalva Macêdo. Participei de grupos de estudos tanto como ouvinte, quanto como monitora voluntária, de conferências de ações afirmativas em prol do acesso e permanência de estudantes negros nas universidades públicas, e de seminários. Além disso, tenho trabalhos publicados em eventos acadêmicos e em capítulos de livros que abordam as questões etnicorraciais e os desafios impostos à população negra para ter seus direitos fundamentais assegurados.

A escolha da comunidade pesquisada deu-se por ser uma Comunidade Quilombola certificada pela Fundação Palmares, bem recente, com abertura do processo em 2014 e o reconhecimento em julho de 2015, a única reconhecida legalmente no município de Guanambi-BA.

As questões orientadoras deste trabalho surgiram das leituras sobre as questões raciais e quilombolas em nosso país, bem como das inquietações pessoais acerca da certificação da comunidade quilombola de Queimadas, localizada no município de Guanambi/BA, no Território de Identidade do Sertão Produtivo. Assim buscou indagar: Que sentidos e significados as jovens da comunidade de Queimadas atribuem ao ser quilombola, a partir da certificação da comunidade? A partir deste problema de pesquisa desdobrou-se as seguintes questões de estudos: Qual o perfil das jovens, tomando como elementos a autoidentificação da

cor, o estado civil, escolarização e trabalho? Qual a percepção das jovens da comunidade sobre o ser quilombola? E qual a representação que as jovens da comunidade quilombola de Queimadas fazem acerca de sua identidade étnica?

Diante disso, o estudo objetivou compreender os sentidos e significados que as jovens de Queimadas atribuem ao ser quilombola. Este objetivo geral, desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: Traçar o perfil das jovens, tendo como elementos a autoidentificação da cor, estado civil, escolarização e trabalho; analisar a percepção das jovens da comunidade sobre o ser quilombola; identificar atividades realizadas na comunidade com a participação das jovens; descrever e analisar a representação que as jovens da comunidade fazem acerca de sua identidade étnica. Em busca de respostas para essas indagações, foram entrevistadas seis jovens da comunidade quilombola de Queimadas, uma liderança quilombola, uma educadora social e uma técnica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que desenvolvem atividades na comunidade. No total contamos com a colaboração de nove sujeitos.

Discutir juventude quilombola para mim é um tema novo, mas me propus o desafio de fazê-lo tendo em vista os poucos estudos na área, daí, a necessidade deste debate. Dada a complexidade conceitual, autores como Castro (2009), Pereira (2014) falam em juventudes, pelas diversas formas de ser jovem concretizadas nas contradições, na diversidade e heterogeneidade cultural, social, histórica, de gênero, de raça e etnia, de região, de localidade. Juventude é categoria social.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro momento, esta introdução, apresenta os motivos da pesquisa, a problemática, as questões de estudos e os objetivos percorridos.

No segundo momento, apresenta a abordagem da pesquisa adotada, os sujeitos, instrumentos de pesquisa e o percurso metodológico utilizado para apreender o objeto de estudo.

O terceiro momento, aborda a trajetória histórica dos quilombos no Brasil, destacando a perspectiva contemporânea de quilombo adotada neste estudo. Em seguida, traça um perfil geral da história da comunidade quilombola de Queimadas.

No quarto momento, discorre sobre a juventude enquanto categoria social construída a partir das relações sociais, culturais, de gênero e etnia. Em seguida, trata-se da discussão dos dados coletados, a partir de três categorias temáticas de análises: a percepção das jovens sobre o ser quilombola; a construção da identidade quilombola das jovens de Queimadas e a participação dos jovens nas atividades realizadas dentro da comunidade.

E por fim, as considerações finais apresentam uma síntese interpretativa dos principais resultados alcançados, a partir dos objetivos da pesquisa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Compreende-se que pesquisa é processo, é caminho, é um universo marcado por inseguranças, dúvidas, angústias, construções, aprendizados. Fazer pesquisa é um processo doloroso que desestabiliza, tira-nos da zona de conforto, mas, principalmente, ensina, produz novos conhecimentos, novos olhares e significados.

Partindo desse pressuposto, a escolha dos instrumentos e técnicas de coleta e análise dos dados foi fundamental para a qualidade do estudo. Para tanto, recorreremos à entrevista semiestruturada, questionário, e análise documental cujo processo investigativo será feito a partir da análise de conteúdo.

Entende-se por entrevista o diálogo entre os diversos sujeitos, “entre vistas”, o contato face a face. Uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado com o uso de perguntas básicas e principais para atingir os objetivos da pesquisa (MANZINI, 2004). A partir desta assertiva, elaboramos o roteiro de entrevista levando em consideração o pressuposto da flexibilidade, em acrescentar ou excluir perguntas durante ato de conversação.

Manzini (2004) salienta que a entrevista é um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face entre entrevistados e entrevistador. Destarte, foi a partir da interação com os interlocutores da pesquisa e com a comunidade de modo geral, que buscamos compreender a percepção dos jovens sobre o ser quilombola bem como a percepção das lideranças comunitárias sobre os jovens. Para tanto, foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas, sendo seis com as jovens, uma com a liderança quilombola, outra com a técnica do CRAS e a outra com a educadora social. Nesse sentido, a pesquisa contou com nove interlocutores.

No que diz respeito à quantidade de interlocutores da pesquisa, a escolha pela liderança quilombola, a técnica do CRAS e a educadora social, por serem bem conhecidas e referenciadas pelos moradores dentro da comunidade pelo trabalho que desenvolvem. E em especial a liderança quilombola, por ser morador local e atuar na associação comunitária de Queimadas, desde a sua fundação em 1998. O quantitativo de jovens levou em consideração a disponibilidade e interesse em participar da pesquisa.

Planejamos aplicar o grupo focal¹, com o objetivo de compreender os sentidos e significados que os jovens atribuem ao ser quilombola, a partir da certificação da comunidade de Queimadas, não obstante esse propósito foi inviabilizado, por não aparecer interlocutores suficientes para a realização do mesmo, uma vez que com menos de seis participantes deixa de sê-lo e perde a confiabilidade. Em data marcada a priori, com um certo atraso, compareceram seis jovens do sexo feminino. Optamos por fazer entrevista com essas jovens devido à dificuldade de encontrá-las novamente em outra data. Justificaram as ausências alegando, algumas trabalharem na boia fria² e outros afazeres. Muitos dos jovens, homens e mulheres, da comunidade trabalham também no corte de cana em São Paulo, outro fator que corroborou para a dificuldade de encontrá-los. Algumas jovens trabalham, ainda, como empregadas domésticas na cidade de Guanambi e fazem essa itinerância todos os dias da comunidade quilombola ao município supracitado.

A escolha por jovens mulheres não foi intencional uma vez que o convite foi estendido a todos os jovens da comunidade, porém só compareceram mulheres com faixa etária entre 14 e 25 anos de idade. Segundo informações, levantadas informalmente na comunidade, os jovens homens são receosos em participar de pesquisas. Assim sendo, nosso intuito foi apreender as percepções dessas jovens sobre o ser quilombola, sobre sua identidade étnica a partir da entrevista semiestruturada. Essa técnica nos permitiu captar emoções, percepções, ideias, sentimentos, preconceitos, representações, crenças e valores.

As jovens, a liderança quilombola e a educadora social foram entrevistadas no prédio, onde funcionava a escola na comunidade e a técnica do CRAS foi entrevistada na sede do CRAS em Guanambi-BA.

Destacamos que todos os interlocutores assinaram os termos de consentimento livre e esclarecidos, e no caso das jovens, as duas menores de 18 anos (uma com 14 anos e outra de 17 anos), foram os seus responsáveis que autorizaram a participação e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Ressaltamos ainda, que as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, porém, quando da categorização dos dados para a análise, fizemos correções gramaticais das falas, retirando palavras repetidas, buscando a coesão e a coerência,

¹ O grupo focal, por ser uma técnica que trabalha com grupos, isto é, várias pessoas previamente selecionadas conforme o problema de pesquisa para dialogarem acerca de determinado assunto. “Os participantes devem ter alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas” (GATTI, 2005, p.7).

² Trabalho em grandes fazendas no Vale do Iuiu, a uma distância de 157 km saem por volta de 4:30 da manhã e retornam no fim da tarde. Dado mencionado em conversa com a Técnica de Referência do CRAS.

de maneira a preservar os contextos, os significados e sentidos das falas dos interlocutores, preservando assim a fidelidade das informações coletadas.

Para coletar informações concernentes à construção do perfil das jovens depoentes da pesquisa, optamos pelo questionário em caráter de complementaridade à entrevista, pois, segundo Gil (2008, p.121), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Constitui-se, deste modo, em uma técnica para buscar respostas a diversos aspectos da realidade (GIL, 2008).

Diante da necessidade de conhecer a comunidade quilombola de Queimadas, certificada recentemente, fez-se necessário analisar alguns documentos essenciais neste processo, quais sejam a ata de associação comunitária, que trata do processo de autodefinição da comunidade enquanto quilombola, bem como um documentário intitulado “Povoado de Queimadas: descendentes de quilombolas” disponibilizado pela liderança quilombola o qual foi depoente deste estudo, em que os moradores “mais velhos” narram sobre as histórias de vida da comunidade. Ao debruçarmos sobre estes documentos nosso intuito de traçar um perfil geral do *locus* investigativo de pesquisa. Nos atentamos também para leis e decretos que tratam da trajetória quilombola e a luta pela terra, assim como o guia de políticas públicas de juventude.

Nesse sentido, a pesquisa documental tornou-se complemento aos outros instrumentos de coleta de dados já realizados. Assim entendemos que os documentos não são produções neutras, implicam relações de poder, “traduzem leituras e modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço” (SILVA, 2009, p.45).

Através da ata, verificamos que o processo de certificação da comunidade de Queimadas seguiu os trâmites legais, todas as etapas estão registradas no referido documento, desde às reuniões, às vistas da Fundação Cultural Palmares, ao evento de entrega do certificado. Constatamos também que a associação corrobora, ainda que de forma principiante, com a formação política dos jovens enfatizando seus direitos e deveres, as “vantagens” de ser quilombola.

A partir do quantitativo de dados encontrados no decorrer da pesquisa, fizemos a opção pela análise de conteúdo na modalidade temática por entendê-la enquanto possibilidade de estudar as comunicações com ênfase nas mensagens sejam elas orais ou escritas (BARDIN, 1977). Neste estudo enfatizamos as mensagens orais, pela necessidade ouvir a voz

dos sujeitos acerca de suas percepções sobre o ser quilombola a partir da certificação da comunidade de Queimadas.

3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS QUILOMBOS NO BRASIL

A formação dos quilombos, no Brasil, está relacionada à própria história do nosso país. O quilombamento indica que a população negra teve participação ativa na formação cultural e histórica da sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito às identidades construídas, a partir das lutas travadas na esfera da cultura, da religião e da economia rural, ancoradas nos movimentos sociais. Essas lutas e mobilizações buscam, por parte do Estado e da sociedade, maior visibilidade para as populações quilombolas e a garantia dos direitos fundamentais.

Durante muito tempo, sobretudo após a abolição, o quilombo foi visto como lugar onde abrigavam negros fugitivos, pobres e sem instrução, o que fez muitos negros negarem sua identidade etnicorracial. Ainda hoje, essa visão reducionista permanece no senso comum, embora o conceito tenha ressignificado graças à luta de pesquisadores, Movimento Negro, instituições não governamentais, dentre outros segmentos sociais que buscam dar visibilidade a história dos negros. Assim, o conceito de quilombo ganha uma dimensão política e histórica. Os quilombos passam a ser vistos como um local de reafirmação da cultura e do estilo de vida africano.

Em diversas regiões do país, quicá do mundo, houve o processo de quilombamento, embora com nomenclaturas diferentes. Os mocambos e quilombos³ formavam sempre a partir de escravos fugitivos e a fugas tornaram-se constantes. Data de 1575 a formação do primeiro mocambo na Bahia (GOMES, 2015). É imperioso destacar que nem sempre as fugas formavam um quilombo, a maioria delas eram ações intencionais e bem planejadas em momentos considerados propícios antecedidos, quase sempre, por levantes ou motins.

Outro fator fundamental para as escapadas coletivas e previamente organizadas foram os conflitos coloniais e as revoltas durante o império como a Balaiada, Farroupilha, Cabanada. Eram momentos em que “os senhores estavam divididos e as tropas desmobilizadas para a repressão” (GOMES, 2015, p.13); assim, as chances de sucesso nas escapadas eram maiores. Ainda na perspectiva do referido autor, o sucesso das fugas dependia

³ No Brasil recebeu os nomes inicialmente de mocambo (estrutura de erguer casas) e mais tarde quilombos (acampamentos) (Gomes, 2015, p.11). Em várias partes das Américas no período colonial recebeu outras nomenclaturas.

da ocasião oportuna, da solidariedade de outros escravos e quilombos, das estratégias para se manterem escondidos por um longo período de tempo, dentre outros fatores.

Fugir era um processo muito organizado, uma vez que os quilombos não eram isolados, estabeleciam diálogos e conexões entre si. Fazendeiros e autoridades temiam a revolta e a organização dos escravos que se desdobravam em mais quilombos.

As comunidades de fugitivos da escravidão produziram histórias complexas de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial próprias baseadas no parentesco e no uso e manejo coletivo da terra. O desenvolvimento das comunidades negras contemporâneas é bastante complexo, com seus processos de identidade e luta por cidadania (GOMES, 2015, p.7)

Neste sentido, pode se dizer que a história dos quilombos passou por diferentes narrativas, considerando regiões, paisagens, períodos, duração, cenários, personagens, reprodução e ações (GOMES, 2015). Portanto, os quilombos contemporâneos possuem uma infinidade de características, como tem mostrado a historiografia recente, que vão desde os laços de parentesco à agricultura como modo de subsistência.

Embora as experiências quilombolas de hoje sejam resquícios dos períodos colonial e imperial, o quilombo contemporâneo difere em muitos aspectos dos quilombos que existiram nestes períodos. Na perspectiva de Pimentel (2017, p.2) “quilombo não pode ser compreendido como resto, sobra, resquício ou remanescente dos quilombos do passado”, uma vez que os sujeitos e suas narrativas quilombolas ganham sustentabilidade num contexto sócio histórico absolutamente diferente de outros tempos.

Comungo das ideias de Munanga (1996) ao dizer que, numa visão contemporânea, o termo quilombo significa rompimento ou oposição ao regime escravocrata pela implantação de uma outra política da qual os grupos silenciados/ marginalizados (negros, índios, brancos) da sociedade fazem parte. Ou ainda conforme Gomes (2015) segundo o qual a formação dos quilombos era sinônimo de transgressão à ordem escravista.

A partir de meados do século XX, o ser quilombola ganha centralidade nas discussões bem como sua importância para a sociedade brasileira. Em um período de redemocratização do país, o Movimento Negro passa a exigir direitos específicos para as comunidades negras rurais. Foi um processo de intensa pressão popular que trouxe conquistas significativas para os quilombos.

No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal (1988), Artigo 68, foi aprovado o seguinte texto: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado

emitir-lhes os títulos respectivos”. Com este artigo da Constituição, os quilombolas passaram a serem vistos como sujeitos de direitos e criou-se a categoria remanescente de quilombos.

Assim, o Estado tornou-se o responsável por certificar e titular as terras quilombolas, porém havia indefinições no sentido de saber quem eram realmente os sujeitos que possuíam tal direito constitucional, qual o critério para reconhecimento. Diante dessa imparcialidade poucas comunidades conseguiram regulamentação junto aos órgãos oficiais. Segundo Pimentel (2017, p.5), “outro grande equívoco dessa regulamentação refere-se à terminologia *remanescente*, pois criou no imaginário social a ideia de que o quilombo contemporâneo é um resto, uma sobra, um resquício dos quilombos do período colonial”. Para Arruti (2008), o “termo “remanescentes” também surge para resolver a difícil relação de continuidade e descontinuidade com o passado histórico, em que a descendência não parece ser um laço suficiente” (2008, p.14) se tratando de “remanescentes” o que está em jogo é o passado histórico de desrespeito (ARRUTI, 2008) e de negação de direitos.

Partindo desse pressuposto, tão-somente em 20 de novembro de 2003, com a sanção do decreto 4.887, é que as comunidades quilombolas vislumbraram a “possibilidade” de terem suas terras devidamente regularizadas.

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, [...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade (BRASIL, 2003)

Considerado o principal marco legal dos quilombolas, o referido decreto traz uma nova concepção do ser quilombola uma vez que valoriza a autodefinição enquanto grupo, enquanto coletividade. São os próprios grupos que se autodefinem conforme sua identidade étnica. Salienta-se, na perspectiva de Wolkmer (2016, p.72) que “qualquer definição étnica que não seja por autoatribuição torna-se racismo, seja para negar, seja para determinar”.

Pimentel (2017) corrobora, neste aspecto, ao dizer que os quilombos contemporâneos

são organizações sociais compostas de pessoas que possuem uma territorialidade específica e se articulam a partir de laços de parentesco para usufruto comum da terra, contêm a ancestralidade negra preservada nas tradições e nos costumes e resistem não mais contra a escravidão e o trabalho compulsório, mas contra as diferentes formas de expropriação. (p. 6)

Os quilombos atuais não se referem a resíduos ou resquícios arqueológicos do passado colonial (ARRUTI, 2008), o contexto sócio histórico é outro, as lutas são diferentes. O que define quilombo para este autor é a experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Luta-se contra o capital, contra o agronegócio, contra o racismo, preconceito e discriminação. Luta em favor da Terra, pela soberania alimentar, para viver e produzir em solos semiáridos, por melhores condições de vida, por saúde e educação dentro dos quilombos⁴.

A legislação garante os direitos, entretanto, há uma distância entre o que diz os normativos legais e o que se efetiva na prática. Após o reconhecimento essas comunidades são esquecidas pelos gestores públicos, não há políticas públicas específicas que deem continuidade ao atendimento.

3.1 A comunidade quilombola de Queimadas

Queimadas é um quilombo recém certificado, localizado no município de Guanambi/Ba, no Território de Identidade do Sertão Produtivo. A história do quilombo inicia-se com a chegada de Zé Vêi e Iaiá em 1915 trazidos pelo coronel Major, daí que antigamente a comunidade chamava Lagoa do Major em referência ao coronel.

Zé Vêi e Iaiá ficaram alojados a uma distância 15 km da fazenda Lameirão, também propriedade do coronel Major, onde constituíram famílias. Passados alguns anos Zé Vêi e Iaiá, em 1919, compraram um pedaço de terra ao redor da cabana em que moravam na mão do coronel para pagar com dias de serviço, a partir daí começaram a desmatar a área fazendo queimadas para construir suas casas, plantar, criar animais o que contribuiu para a origem do nome atual de Queimadas.

A partir de 1960, a saga contra o trabalho escravo e a busca por alternativas de sobrevivência continua, assim é que homens e mulheres, num movimento diaspórico, migravam para as grandes fazendas no vale do Iuiu em busca de trabalho. Posteriormente, a diáspora mudou de rota e passaram a trabalhar no corte de cana em São Paulo, o que prevalece até os dias atuais. Os moradores de Queimadas vivem num constante ir e vir porque tem um vínculo com a terra, deixá-la significa perder a ancestralidade, a história, a identidade.

⁴ Dados disponíveis no **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas**. Programa Brasil Quilombola. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>.

Segundo Pimentel (2017, p.7) “não se pode dizer com precisão se Zé Vêi e Iaiá vivenciaram a realidade do cativo, uma vez que a abolição ocorreu em 1888 e eles chegaram na região em 1915, ou seja, 27 anos após a abolição formal da escravidão”. Este aspecto reforça a concepção contemporânea de quilombo, uma vez que não é necessário comprovar através de documentos uma relação direta com o cativo, com a escravidão para considerar-se quilombola, o critério de autoatribuição “se torna o principal elemento considerado no processo de reconhecimento” (PIMENTEL, 2017, p.8). Ademais reforça também o ideário de que a história do negro é marcada pela descontinuidade e fragmentação “quando contada”.

A comunidade se organiza em torno de laços de parentesco, casam-se entre si, dividem os terreiros, as casas são construídas bem próximas umas às outras, partilham sua cultura, sua identidade, preservam as tradições e a ancestralidade a partir do legado de Zé Vêi e Iaiá.

4 JUVENTUDE(S) E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS: OLHARES QUE SE CRUZAM

Para apreender o objeto de estudo proposto, entendemos que se faz necessário discorrer sobre a juventude rural quilombola, destacando suas trajetórias e a perspectiva de juventude que é adotada nesta pesquisa.

4.1 Juventude (s) Rural Quilombola: Trajetórias Negadas

Conceituar juventude não é tarefa fácil, está para além da noção de faixa etária. Segundo Castro (2009) não é possível uma definição universalizante, conforme permeou durante a década de 90, baseada em características e mudanças físico-biológicas, psicológicas e comportamentais atrelada à concepção de delinquência ou de situação de vulnerabilidade social, cujas poucas políticas sociais eram para reintegrar esses “excluídos” na sociedade.

Assim, entendemos que juventude é construção social, que coloca o jovem numa condição de subordinado nas relações sociais por eles estabelecidas “tanto no espaço doméstico, quanto nos espaços de organização política” (CASTRO, 2009, p.194). Paradoxalmente ser jovem remete à ideia de futuro e de transformação social. Segundo Pereira (2014), juventude é um campo em ascensão pela complexidade que representa, é

singular e plural pelas múltiplas identidades/subjetividades que são, ao mesmo tempo, específicas e coletivas.

O referido autor chama atenção ao dizer que não há apenas uma juventude e cultura juvenil, mas várias que diferem segundo as condições sócio-históricas e culturais. Silva (2014) conceitua jovens como categoria específica em meio à multiplicidade de juventudes e à diversidade de experiências juvenis, em diferentes contextos, classes sociais, etnias e gêneros.

Soares (apud REIS, 2009, p.4) conceitua juventude como uma “fase da vida composta por experiências complexas e heterogêneas, caracterizada tanto por vulnerabilidades quanto por potencialidades” o que confirma as múltiplas possibilidades da condição juvenil.

No contexto atual a juventude brasileira ganhou centralidade nas discussões e políticas públicas, sobretudo, para aqueles dos grandes centros urbanos e metrópoles⁵ (CASTRO, 2009). Quando se trata da juventude rural, e, em particular, a quilombola as discussões ainda são embrionárias, os debates sobre relações raciais e de gênero são incipientes, embora haja alguns estudos e ações sobre o assunto. O jovem rural do quilombo não é alvo das políticas públicas para a juventude.

A juventude do campo e quilombola são grupos distintos em um mesmo local, pois ambas se localizam no campo e forjam identidades que se adequam às exigências de seu tempo sem perder a conexão com sua identidade original, impondo sentidos diferentes à cultura (PEREIRA, 2014, p.83)

No que tange a juventude rural quilombola, segundo Pereira (2014), há uma multiplicidade de identidades possíveis construídas nas interações, na reafirmação de seus territórios e na cultura, articulando o local e o global. Silva (2014) destaca que, em se tratando da juventude quilombola, há um silêncio eloquente e uma invisibilidade deste segmento social. É existência negada. Ser jovem quilombola carrega sobre os ombros o peso do histórico de escravidão dos nossos ancestrais.

Nas várias esferas de organização social do Brasil – saúde, educação, habitação, trabalho – existe uma diferenciação em decorrência da cor da pele, das características fenotípicas dos indivíduos e de sua condição social de classe. Daí a importância das políticas públicas juvenis contemplarem as diversidades etnicorraciais e de gênero.

⁵ “A juventude se constitui em um fenômeno urbano, a partir do qual se passou a observar outras instâncias, como a juventude rural e a juventude quilombola” (PEREIRA, 2014, p. 83)

Os movimentos sociais rurais muito contribuem para novas organizações da juventude como um ator político (CASTRO, 2009). As demandas apresentadas no âmbito dos movimentos sociais dizem muito sobre quem são estes sujeitos e como eles se percebem enquanto agente de mudança, enquanto categoria específica com necessidades específicas, sobretudo porque a trajetória de vida e o acesso às políticas públicas do jovem camponês está entrelaçada com a própria realidade do campo, seus lemas e dilemas bem como da própria sociedade brasileira (CASTRO, 2009).

O debate deve considerar *juventude* para além de um recorte de população específica, mas, sobretudo, a partir dos processos de interação social e as configurações em que está imersa. Neste sentido, *juventude é*, além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social (CASTRO, 2009, p.182, grifo do autor).

Na perspectiva de Castro (2009), as diferentes construções do que é ser jovem, para os indivíduos, variam nos espaços por onde transitam, e de acordo com as posições sociais que ocupam. Ser jovem implica relações de poder e hierarquia social. Consoante Silva (2014) destaca que “os espaços geográficos habitados pela juventude quilombola estão imersos numa teia de relações sociais e de poder, permeados de lutas protagonizadas por ela de forma que, para compreendermos seus sentidos temos que relacionar uma diversidade de elementos” (p.61).

Ser jovem é complexo e envolve questões de gênero, sexualidade, etnia, classe social e o lugar em que se vive, daí os estereótipos ao ser camponês quilombola (STOLKE apud CASTRO, 2009). “Ser *jovem rural* carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, em um contexto ainda marcado por difíceis condições econômicas e sociais para a produção familiar” (CASTRO, 2009, p.189).

O ser jovem, no Brasil, carrega as marcas da exclusão. Quando se trata da juventude camponesa quilombola as marcas são tênues seja porque suas demandas são invisibilizadas nas políticas públicas seja pela dificuldade de permanecer no campo seja pelas características fenotípicas, de raça e etnia.

A *juventude rural* no Brasil é constantemente associada ao problema da ‘migração do campo para a cidade’. Contudo, ‘ficar’ ou ‘sair’ do meio rural envolve múltiplas questões, onde a categoria *jovem* é construída, e seus significados, disputados. A própria imagem de um *jovem* desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais. (CASTRO, 2009, p.182, grifo do autor).

Os jovens camponeses quilombolas encontram-se no dilema entre sair e permanecer na agricultura, em buscar outras alternativas de vida fora da comunidade, outras formas de “interação”, num processo de autoidentificação em meio à pluralidade de relações que circundam no meio rural (SILVA, 2014). Neste processo dual e até conflitante percebe-se um espaço de identificação da juventude com os modos de vida da cidade seja para estudar seja para trabalhar. São as mudanças sociais modificando os percursos biográficos dos jovens rurais.

Mesmo porque

esse jovem rural se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, camponês, agricultor familiar, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Assim, jovem da roça, juventude rural, jovem camponês são categorias aglutinadoras de atuação política. (CASTRO, 2009, p.183 grifos do autor).

Embora ainda prevaleça imagens urbanas sobre o campo, sobre o ser jovem camponês, a juventude camponesa quilombola estabelece conexões com o mundo globalizado, forja sua identidade enquanto trabalhador rural na luta pela terra e por direitos enquanto cidadão. Nesta construção de identidades ora negadas ora afirmadas é que surge o jovem como ator político.

Nesse sentido, pensar a juventude negra, rural, quilombola e pobre implica pensar políticas públicas de ações afirmativas, isto é, políticas que contemplem as especificidades dessas comunidades. É importante que se crie oportunidades para as diferentes juventudes do Brasil e políticas públicas de superação das desigualdades sociais, raciais e de gênero que marcam a trajetória da juventude brasileira (GOMES, 2004). O desafio é refletir sobre as políticas públicas *de, para e com* a juventude considerando a diversidade de direitos sociais, civis, políticos e culturais que, em tese, são designados ao ser jovem.

Posto isso, na busca por respostas ao objetivo de pesquisa, isto é, compreender os sentidos e significados que as jovens atribuem ao ser quilombola, a partir da certificação da comunidade como remanescente de quilombos, tendo como referencial a leitura minuciosa do material coletado nos diversos instrumentos de coleta de dados, elegemos três categorias de análise, a saber: *a percepção das jovens sobre o ser quilombola; a construção da identidade quilombola das jovens de Queimadas e a participação dos jovens nas atividades realizadas dentro da comunidade.* Tal categorização serviu de base para organizar os dados em unidades de significação, conforme propõem Bardin (1977) e Franco (2005).

4.2 “Não existe ninguém pretinho, pretinho”: as jovens de Queimadas

Na etapa inicial da pesquisa aplicamos um questionário no intuito de traçar o perfil das jovens que moram na comunidade como a idade, o estado civil, a autodefinição da cor, se trabalha/trabalhou, se ainda estuda, se participa de alguma forma de organização política, se desfruta de algum tipo de lazer, dentre outras questões. Como dito anteriormente, são jovens mulheres, com faixa etária entre 14 e 25 anos de idade.

No que diz respeito ao aspecto fenotípico 50% se autoidentificam como negras e 50% como pardas. No momento de preenchimento do questionário houve murmurinhos quanto à cor da pele porque alegam não existir “*ninguém pretinho, pretinho*”. Percebe-se a existência de uma identidade etnicorracial ora afirmada ora negada em decorrência do passado colonial de nosso país.

Neste aspecto Gomes (2005, p.43) corrobora ao enfatizar que “construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio a ser enfrentado cotidianamente pelos negros e pelas negras brasileiros(as)”. Portanto essa negação da identidade é reflexo da história racista, preconceituosa, excludente que disseminou país afora camuflada no mito da democracia racial.

Compreendemos a identidade enquanto pertencimento a um determinado grupo decorrente de uma “construção social, histórica, cultural e plural” (GOMES, 2005, p.43). A identidade é construída nos espaços sociais frequentados pela população negra, dentre eles a escola cabendo a esta, na sua missão de educar, interpretá-la em toda complexidade, respeitá-la e lidar com ela positivamente.

A afirmação da identidade negra no Brasil é um processo doloroso, sobretudo a quilombola, na medida em que pese os preconceitos sobre o *ser negro* e *ser quilombola*. A identidade quilombola é reflexo de processos históricos, sociais e culturais e porque não políticos. Assumir-se negro, quilombola implica posicionamento político, resistência à história que está posta nos currículos escolares, indagando-os.

Quanto ao processo de escolarização formal 50% das interlocutoras concluíram o Ensino Médio porém não deram segmento aos estudos; 33,3% ainda estudam cursando Ensino Fundamental ou Médio, respectivamente; 16,6% não concluiu o Ensino Fundamental seja por gravidez ou por necessidade de trabalhar.

No que tange ao trabalho seja ele formal ou informal 66,6% não trabalha porque moram com os pais, ainda que algumas das jovens tenham constituído famílias; 16,6% já saiu

para trabalhar no corte de cana em São Paulo regressando posteriormente; 16,6% trabalha no boia fria, forma de trabalho informal em que saem de suas casas por volta das 4 h da manhã levando o almoço e retornam no final do dia. A alternativa de trabalho tanto no corte de cana quanto no boia fria deu-se pela dificuldade de encontrar emprego na comunidade e regiões vizinhas e, principalmente, para garantir a subsistência da família.

Ao traçar o perfil dessas jovens percebe-se que se casaram muito cedo, se tornaram mães prematuramente, assumiram responsabilidades, começaram a trabalhar cedo para ajudar no sustento da família, em um momento que deveriam ainda estar frequentando a escola, adquirindo uma formação em nível superior. Daí que, no geral, poucos jovens da comunidade concluíram o Ensino Médio, e nenhum tem nível superior ainda⁶. As circunstâncias os obrigaram a abandonar os estudos para trabalhar no corte de cana ou na boia fria, formas de trabalho que não passam de insalubres e perigosos, subalternos, análogo ao trabalho escravo.

O abandono aos estudos para o trabalho sempre fez parte da vida de Queimadas, os “mais velhos” contam no documentário sobre a história da comunidade, elaborado pela secretaria de Assistência Social de Guanambi, que não podiam frequentar a escola porque tinham que trabalhar, seja para ajudar os pais seja a alimentar os próprios filhos, nas terras de vizinhos mais favorecidos financeiramente, em terras longínquas em que acordavam 3 horas da manhã para ir a pé e voltavam no final do dia ou ainda em fazendas em que se alojavam em barracos de lonas por vários e vários dias às vezes pela troca de alimentos para os filhos. Trabalhavam o dia inteiro apenas com um chá de folha de umbuzeiro porque a comida não dava para todos.

Os moradores “mais velhos” relatam no documentário que a situação de vida deles melhorou bastante, chegou energia elétrica, acesso a postos de saúde mesmo que fora da comunidade, transporte com facilidade que os levam até a cidade, aposentadoria, a condição das moradias, tinham na comunidade uma escola⁷ para que seus filhos pudessem estudar. E mesmo que a escola tenha sido fechada, os filhos e netos podem acessar a escolarização no distrito de Mutãs com transporte escolar garantido.

⁶ A liderança comunitária de Queimadas fala em entrevista da existência de três vagas nas cotas para os jovens quilombolas de Queimadas na Universidade do Estado da Bahia campus XII, entretanto nenhum jovem usufruiu dessa política afirmativa seja pela falta de interesse seja pela necessidade de trabalhar tanto como boia fria quanto empregada doméstica. É importante salientar, na prática, que há uma distância muito grande entre as cotas raciais e o alcance delas.

⁷ Com o processo de nucleação ocorrido no município de Guanambi que iniciou-se no ano de 2005, todas escolas foram fechadas no meio rural inclusive a Escola Municipal Caramuru localizada na comunidade de Queimadas.

Após a certificação como comunidade Quilombola, começaram a ter acesso a outras políticas públicas como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o Programa Água Doce que é um programa do ministério do meio ambiente em parceria dos governos estadual e federal de dessalinização de águas salgadas e salobras tornando-as propícias ao consumo humano e animal, cujo objetivo é levar água de qualidade para comunidades do semiárido brasileiro. Junto com o fornecimento de água, o programa estimula atividades produtivas que geram renda para as comunidades através da venda do excedente, além de mais saúde por serem produzidos de maneira orgânica e sustentável. O Programa Água Doce é principiante em Queimadas, entretanto, é o pontapé inicial de políticas que chegam timidamente à comunidade.

4.3 A percepção das jovens de Queimadas sobre o ser quilombola

Reconhecer-se como quilombola não é tarefa fácil, uma vez que está arraigado no imaginário social brasileiro, a ideologia disseminada pelo branco europeu, que tudo que vem da África e dos seus descendentes é ruim. Essa perspectiva eurocêntrica de ser humano e sociedade continua propagando o racismo, o preconceito e a discriminação racial país a fora.

Faz-se necessário evidenciar a concepção de racismo, preconceito, discriminação e reconhecimento que dá sustentabilidade a este trabalho. Compreendemos que não é uma conceituação teórica fácil na medida em que são vários os pontos de vistas sobre o tema a depender das perspectivas ideológicas dos diversos autores, pesquisadores, intelectuais, militantes bem como do posicionamento políticos destes.

Por racismo entendemos, a partir das discussões de Gomes (2005), como um comportamento social presente na história da humanidade e se expressa de diferentes formas e em diferentes contextos, apregoa a superioridade de um grupo racial em detrimento do outro. Ramos (2015), destaca que o racismo se estrutura a partir do fenótipo, está arraigado no imaginário coletivo e perpassa todos os segmentos da sociedade. A referida autora destaca que o racismo é violento e abrangente na medida em que implica vontade de extermínio do outro, destrói a autoestima da vítima e traz alguns desdobramentos como o preconceito e a discriminação.

O preconceito racial trata-se do conceito e opinião formada a priori, um pré-julgamento, levando em consideração a percepção que o sujeito tem de si e do outro. “Como atitude não é inato, é aprendido socialmente” (GOMES, 2005 p,54). Por sua vez, conforme

Ramos (2015), discriminação racial é ação dotada de sentido posto que há intenção de atingir o outro de cor escura. “É estigma que sustenta o preconceito” (RAMOS, 2015, p. 56).

Entende-se por reconhecimento, na perspectiva de Alves (2015), como a luta por igualdade de direitos, política de superação aos danos historicamente sofridos pela população negra. É “ação política que permeia e organiza o campo de relações interpessoais e o das políticas públicas” (ALVES, 2015, p.40). Assim reconhecimento é, em tese, política de inclusão de negros e negras, moradores de comunidades negras rurais no rol das políticas públicas.

As lutas por reconhecimento ocorrem em todas as esferas da sociedade, desde educação, trabalho remunerado e decente, lazer, pela terra, expectativa de vida e não apenas por reconhecimento etnicorracial, de gênero (FRASER, 2006). O reconhecimento quilombola é um processo mais árduo porque engloba todas essas formas lutas.

Reconhecer legalmente como comunidade quilombola é o primeiro passo mas não o único, é necessário garantir regularização fundiária, acesso a políticas públicas, formação política dos moradores para que a certificação não seja apenas porta de acesso a políticas assistencialistas de Estado. Em Queimadas ainda não ocorreu a regularização dos seus territórios, estão à espera do INCRA para fazê-lo.

No que tange à formação política dos jovens de Queimadas, tem muito a se fazer, uma vez que compreendem quilombo relacionando ao sofrimento, dor, à escravidão, lugar de negros fugitivos assim como África lugar de negros, de povo sofrido, submisso ao branco europeu sem receber nada em troca além do chicote. Assim Zezé Motta⁸ denota sua concepção de quilombo bem como de África: “Quilombo? acho que é uma pessoa muito assim sofrida, que já foi muito sofrida [...] África é assim povos muito sofridos, escravizados, trabalhavam para os brancos sem ganhar nada, ganhava chicoteada para mim é assim quando fala África”. Nota-se, portanto, uma concepção colonial de quilombo, como resquício do passado (ARRUTI, 2008).

Luiza Mahin fala que alguns moradores de Queimadas acham ruim ser quilombola por causa do preconceito racial que ainda existe. “Para alguns são ruim né? Tem preconceito porque somos negros, quilombolas, somos tratados como quilombo refugiados, mas pra mim tudo bom.”

⁸ A escolha foi aleatória de nomes fictícios de mulheres negras que se destacaram na história do nosso país seja na música seja nas lutas por reconhecimento e igualdade de direitos para a população afrodescendente quilombolas ou não, como é possível verificar no decorrer desta pesquisa.

Esses dados, apontam uma visão estereotipada, depreciativa dos negros, dos africanos, dos quilombolas de si, um sentimento de não reconhecimento “quando se vê menosprezado e depreciado em sua pessoa, em sua história, em sua cultura” (D’ADESKY, 2006, p.88). Para alguns jovens de Queimadas, ainda não é confortável dizer que é quilombola. Ambas as interlocutoras jovens se identificam como pertencentes à comunidade, dizem ser bom morar no quilombo porque tem muitas benesses. Todavia, não se reconhecem como quilombolas. Ser quilombola, é bandeira de luta e resistência, é posicionamento político, é construção interna, portanto, vai muito além do acesso às políticas públicas, principalmente assistencialistas.

Houve uma dificuldade, quase que unânime, em falar de quilombo e África bem como da relação entre ambos. “A relação está na cor” disse Luiza Mahin. Essa dificuldade vem do silêncio da escola? Vem da não aceitação em ser negro quilombola? de onde veio a certificação? Partiu do interesse de quem? É urgente a construção de um novo imaginário político-social alicerçado na igualdade, na diferença, na etnicidade, na superação do racismo, preconceito e discriminação, na luta por direitos coletivos.

A maioria desconhece a história da comunidade, como ela se originou, quem foram seus primeiros moradores e por que do nome Queimadas. Ou conhece vagamente pois após a certificação muito se tem falado sobre o assunto pelo interesse de pesquisadores em levantar essas informações e ouvir dos moradores sua história. Duas das interlocutoras, estudantes, falaram com mais detalhes porque a escola em que estudam solicitou uma pesquisa recentemente sobre o assunto.

Ah eu não sei não [...] (Luciana Lealdina)

Eu sei que aqui era um que mandava. Eu sei que era um tataravô nosso que trabalhava aqui numa terra que era de outra pessoa. Eu acho que ele comprou um pedacinho, aí ele colocou esse nome Queimadas [...] Agora eu não sei porque Queimadas. Ninguém sabe falar para nós. [...] Mas, de certo é porque botou fogo? Não sei, nós não sabemos explicar porque o nome de Queimadas (Luiza Mahin).

Eu fiz uma pesquisa da escola que constatou que era Zé Vêi e Maria Antônia e acho que Cainho também. Zé vêi veio de um lugar chamado Bonito que hoje se chama Igarorã e Maria Antônia veio de Maracás sul da Bahia. A pesquisa da escola que eu fiz constatou os fatos. [...] Acho que antigamente, os povo colocava uma coivara numa baixa e queimava as coivaras, plantava mantimentos aí, quando era tempo da colheita mandava seus filhos ir buscar mantimentos nesse lugar (Ruth de Souza).

Dandara, outra interlocutora da pesquisa, também destaca que foi realizado um trabalho na escola que trata da historicização de Queimadas.

Essas narrativas sinalizam que a escola mesmo que timidamente trouxe a história de Queimadas para o seu interior, permitindo que outros alunos conhecessem o lugar de vivência de muitos dos seus educandos, o que certamente já é um passo importante para começar a desconstruir essa visão negativa e estereotipada que se tem dos quilombos, principalmente da comunidade de Queimadas e dos alunos quilombolas.

Nas comunidades quilombolas o pertencimento étnico-racial e quilombola está se consolidando paulatinamente, em Queimadas não é diferente. Muitos são os fatores que dificultam o reconhecimento dos jovens como quilombolas, dentre os quais, podemos destacar: a visão estereotipada e preconceituosa que se tem da África, dos negros e dos quilombos, relacionada à escravidão (como sofrimento e dor); situações cotidianas de racismo; de preconceito e de discriminação racial e o desconhecimento da história e da luta da comunidade quilombola de Queimadas.

4.4 A participação das jovens nas atividades realizadas dentro da comunidade

Nesta categoria analisamos como o líder local, a técnica do CRAS e a educadora social veem a participação das jovens, seja em relação às atividades que são ofertadas para a comunidade, como: cursos, palestras, oficinas, reuniões, seja na atuação política. O que se percebe, segundo os interlocutores, é a figura do jovem desinteressado, com pouca participação dentro da comunidade: “a participação dos jovens é muito pouca [...]tem a capoeira né? Mesmo assim com o projeto de capoeira [...] as crianças têm mais interesse que os próprios jovens” (Educadora Social). Pudemos constatar tanto nas reuniões mensais da associação por meio da ata, quanto nos encontros do PETI⁹ e do CRAS que a participação da juventude é tímida.

Gostaria que fosse maior porque a gente sabe que o número de jovem é maior. Mas conversando com os adultos a gente percebe que eles ainda não acham tão importante a nossa presença [na comunidade], eles ainda preferem as redes sociais ou ficar na frente da televisão, entendeu? (Técnica do CRAS).

⁹ PETI é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; o CRAS é o Centro de Referência em Assistência Social. Ambos os projetos configuram-se em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, um trabalho voltado para as famílias em situação de vulnerabilidade social. São projetos que atuam na comunidade há mais de quatro anos atendendo crianças, jovens, adultos e idosos com palestras, oficinas de artesanato, cursos de corte e costura, culinária, pintura, pedreiro, etc.

Na percepção da técnica, falta aos jovens de Queimadas participação e interesse. Segundo Castro (2009), a imagem de um jovem desinteressado corrobora com a invisibilidade da juventude enquanto categoria social formadora de identidades. Em Queimadas as políticas de juventude são principiantes, voltadas mais para o viés da assistência, entretanto é o que se tem enquanto a regularização fundiária não chega.

[...] A gente percebe que ainda falta a participação deles, [...] que eles abracem e participem do que está sendo ofertado, dê a contrapartida né? O Estado tá atuando então dê a sua contrapartida pelo menos com a participação [...] (Técnica do CRAS).

O vice presidente da associação, visto como principal liderança da comunidade, disse que os jovens participam “às vezes, quando não é o horário da escola”, “a participação deles é boa”. Contraditoriamente, diz não saber o que eles querem, quais os seus desejos uma vez que “perdem tempo, trabalham como domésticas ou boias frias, ao invés de fazer uma faculdade”. Na fala do vice-presidente, existem as oportunidades como a vaga destinada ao acesso ao nível superior, no entanto, os jovens que já concluíram o ensino médio não abraçam e perdem a oportunidade de mudar de vida, de ter um trabalho digno e melhor remunerado.

A técnica do CRAS, segundo ela, é vista pelos moradores como uma ponte da comunidade até os benefícios sociais e vantagens. Todavia, para que as demandas e necessidades da comunidade sejam atendidas, é preciso de muita luta e participação coletiva. O que nos faz continuar indagando o processo de certificação e reconhecimento: foi vertical ou horizontal? Está a serviço do interesse de quem?

As falas da educadora social e da técnica são unânimes em dizer que os jovens de Queimadas não se veem enquanto negro, ser negro está ligado a algo ruim, daí a negação do passado histórico, daí a dificuldade de narrar sua história bem como a da comunidade. No intento, é imperioso destacar o lugar de fala do outro, enquanto pessoa “de fora” que desenvolve trabalhos na comunidade, uma vez que as interlocutoras dizem ser bom morar em um quilombo ainda que sob o viés assistencialista e o conceito seja impreciso e ligado ao regime escravocrata.

Tanto as jovens quanto as lideranças abordam o ser quilombola relacionado a benefícios e vantagens, sob o viés da assistência, fator este que certamente tem colaborado para o conformismo e passividade da juventude. “Tem muitos benefícios assim... é algo interessante” (Dandara), a educadora social deixa explícito que “até agora não teve muita mudança né? Porque é tá faltando demarcar as terras para vir os benefícios mas já veio o

CRAS pra cá e tem um projeto do PNHR né? que foi aprovado agora através desse reconhecimento e vai vim muitos projetos bons [...]”

Percebe-se a ausência de trabalhos específicos sobre o processo de reconhecimento e sobre os quilombos, ratificado na fala da educadora social “não tem... tem a capoeira né?”. Embora mencione a existência de projetos sobre identidade e dia da consciência negra, oportunidade ímpar para abordar a temática, não são trabalhados cotidianamente apenas em momentos esporádicos. Entendemos que os projetos e atividades deveriam ser voltados para a formação e conscientização política de todos da comunidade não apenas dos jovens.

Trabalhar em uma comunidade quilombola representa desafios e barreiras que impedem o desenvolvimento das atividades, principalmente quando se é “de fora” do lugar de vivência. Segundo a técnica do CRAS,

A religião é o maior desafio [...] porque a maioria deles são evangélicos e quando a gente leva e mostra pra eles a sua cultura, seja na culinária seja na parte de dança seja na parte dos costumes. A gente percebe uma barreira por parte da religião. *No caso se for a de matriz africana mesmo*, principalmente né? [...] Então a gente sente que a religião também tá atrapalhando em algumas atividades. Alguma coisa de dança, já pensamos em levar danças afro pra eles não conseguimos ainda quem vai dançar? Quem vai participar? (grifo nosso).

Para a técnica do CRAS os maiores desafios em lidar com jovens, adultos, com as famílias de Queimadas, além de identitário e de autoaceitação, tem um viés religioso uma vez que em sua maioria são evangélicos e resistem a participar de atividades artísticas e culturais por restrições religiosas, sobretudo às tradições de matriz africana. Essas questões certamente influenciam negativamente no processo de construção da identidade étnico-racial, bem como na percepção do ser quilombola dos jovens e das crianças da comunidade.

Através das narrativas podemos destacar ainda que, a luta por direitos é ação coletiva e não individual e principalmente, que a iniciativa de busca deve partir da comunidade e não esperar que o outro faça por eles; é preciso que a história seja narrada pela comunidade, a muitas vozes. Eis a dificuldade de Queimadas, e por conseguinte dos jovens, se posicionarem enquanto ator político, construtor da própria história.

4.5 A construção da identidade quilombola das jovens de Queimadas

A particularidade da juventude quilombola pauta-se na sua condição racial, cultural e territorial, isto é, sua condição de ser negro, de classe desprestigiada, da zona rural, que luta

pela titulação de sua terra, por seu “pedaço de chão” onde possa viver com mais dignidade e perpetuar seus saberes, sua história, sua identidade.

A escola, quando sequer menciona, fala muito pouco sobre a história dos quilombos, sobre a trajetória dos negros no Brasil, suas lutas e resistências contra toda forma de opressão. A maioria das jovens interlocutoras da pesquisa dizem não lembrar como a escola trabalhou sobre os quilombos, sobre a cultura africana e sua importância para o desenvolvimento do nosso país. A pedagogia do silêncio adotada pelas escolas, ainda que de maneira inconsciente, infelizmente é um fator que corrobora com a não aceitação de quem são, da sua cor, do seu povo, de sua cultura.

Existia uma barreira em autoaceitação. [...] Nós fizemos um trabalho bem pesado em cima da autoaceitação, em ter orgulho de ser quilombola e que através disso é que nós iríamos conseguir os benefícios. Primeiro, a gente tem que aceitar quem nós somos, para depois correr atrás das coisas. [...] Levamos a professora de história lá [na comunidade], também nós falávamos, o professor falava [sobre essas temáticas também] [...] (Técnica do CRAS).

O CRAS desenvolve um trabalho de conscientização acerca do ser quilombola, de autoaceitação em ser negro, embora seu trabalho específico seja na perspectiva da erradicação do trabalho infantil; atua, também, incentivando a escolarização até mesmo em nível superior para que acessem trabalhos “mais dignos”, mais leves e melhor remunerado. Ainda percebe a história da África e dos africanos ligada a um componente curricular específico, isto é, história. Falar de África, das lutas dos negros e negras deve perpassar todas as disciplinas acadêmicas cotidianamente porque é preciso desmitificar o que a ideologia europeia sempre propagou e contribuir com a construção de uma identidade positiva dos afrodescendentes.

Debater sobre as questões raciais no Brasil é um desafio muito grande porque envolve identidade, pertencimento e posicionamento. Continuando o diálogo, a interlocutora complementa:

Às vezes eles têm preconceito de falar quilombola, muitos têm, entendeu? Eles têm preconceito deles mesmos. Eu trabalho com eles, mando desenhar a mãe, o pai, a família eles pintam o cabelo de loro, entendeu? Eles não se assumem como negros (Educadora Social).

Não podemos analisar de forma simplista essa situação, como se fosse apenas um problema dos próprios jovens. Essa não aceitação de seu pertencimento étnico-racial, de não se assumirem como negros e quilombolas, não é um dado da natureza, certamente está relacionada ao processo histórico de subalternidade, preconceito, racismo e discriminação que

foi submetido à população negra em quase quatro séculos de escravidão, que reflete nos dias atuais, como na escola, na própria comunidade e na sociedade em geral (MACÊDO, 2015).

Nesse sentido, a identidade jovem quilombola carrega consigo as marcas da questão etnicorracial que permeia a sociedade brasileira servindo para libertar ou para estigmatizar. Identidade é posicionamento; não se delega, se assume; não é dada, é construída. Portanto, “identidade quilombola não deve ser tratada como mero aceite por parte das comunidades quilombolas a uma política de Estado” (ALVES, 2015, p.104). Faz-se necessário essas comunidades se autoafirmarem e organizarem politicamente, a partir do reconhecimento etnicorracial ainda que em tensões, conflitos, discordâncias, descobertas.

Ser jovem quilombola é viver uma identidade que não é dada, ela tem de ser trabalhada na comunidade a partir de um processo de aprendizagem sobre seu pertencimento; lugar de vivência e também sobre si. (ALVES, 2015, p.168).

Isso parece faltar em Queimadas, trabalhar essa identidade cotidianamente com os jovens, pois demonstram gostar do seu lugar de vivência, há um sentimento de pertença com a comunidade, entretanto, não se reconhecem como moradores do quilombo. Tendo a certificação como produto político bem recente, o que se vê é uma identidade em construção, ainda com dificuldade em falar que é do quilombo e falar com a seriedade e o compromisso político que o nome representa e carrega consigo. Por isso, não tem ainda uma definição concreta, coerente, ressemantizada sobre o quilombo, prevalecendo uma concepção colonial do lugar.

É preciso construir uma identidade afirmativa, pois o reconhecimento é luta contínua e intersubjetiva que ocorre sempre na relação com o outro (ALVES, 2015). É necessário superar formas identitárias deturpadas vividas pela população afrodescendente, como é o caso dos jovens de Queimadas, que ainda veem o quilombo sob um viés colonial, ainda têm dificuldade de autoaceitação enquanto negros e quilombolas.

Todavia, reconhecimento e identidade nem sempre é uma relação coerente. “A identidade se molda em parte pela existência do reconhecimento ou mesmo pela falta mas pode também haver um falso reconhecimento que poderá provocar deformação ou danos aos indivíduos” (ALVES, 2015, p.69) a exemplo das relações raciais moldadas a partir do colonialismo, isto é, a sociedade branca construiu e dissemina uma imagem de inferioridade sobre a população negra que impede-os de assumirem quem são, suas origens, sua identidade etnicorracial. Em Queimadas, não é diferente, isso reflete no reconhecimento e identidade

étnico- racial que ainda não estão coerentes uma vez que a identidade está se construindo aos poucos.

Frente a esse cenário, as escolas são convidadas a descolonizar os currículos, para que as práticas educativas possam contemplar outras culturas que foram historicamente silenciadas e marginalizadas pelas políticas educacionais e as práticas curriculares. Em se tratando das crianças e dos jovens quilombolas de Queimadas, que muitos estudam nas escolas de Mutãs, é urgente que essas escolas ultrapassem as barreiras da sala de aula e busquem um currículo e práticas que tenham também como parceiros e protagonistas as famílias dos alunos e as lideranças quilombolas, tendo em vista que os conteúdos escolares dialoguem de maneira não hierarquizada com as histórias, as culturas, os valores, os saberes e as práticas dessa comunidade (MACÊDO, 2015).

Isso requer também um engajamento político dos moradores de Queimadas, pais, mães, jovens e lideranças quilombolas, por políticas públicas que propiciem o reconhecimento como sujeitos étnicos de direitos, quer seja no âmbito educacional, na saúde, dos empregos, enfim estruturais, para o fortalecimento de suas identidades étnico-raciais e quilombolas, como também para a melhoria da qualidade de vida na comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou compreender os sentidos e significados que as jovens de Queimadas atribuem ao ser quilombola, a partir do processo de certificação da comunidade. A intenção foi estudar a juventude quilombola, quais suas percepções acerca do quilombo e quais as representações a respeito de sua identidade étnica. Nesse sentido, encontramos uma forte relação entre esses conceitos na medida em que a identidade quilombola e etnicorracial está em processo de ressignificação, assim como a concepção de quilombo. Do mesmo modo que ainda existe uma estereotipia relacionada ao ser jovem, para as interlocutoras está relacionado à idade cronológica, à diversão. Ademais, ser jovem e ser jovem quilombola são conceitos que se entrelaçam. Entretanto, sabemos que são categorias distintas com sujeitos distintos.

A diversidade etnicorracial é componente marcante da sociedade brasileira e, portanto, marca, também, o cotidiano da juventude nos diferentes espaços pelos quais transitam (JESUS; REIS, 2014). Todavia, nem sempre essa diversidade é vista e reconhecida de forma positiva transformando-se em exclusão, segregação, preconceito, discriminação interferindo na afirmação das identidades e na socialização dos jovens.

As marcas da escravidão, disseminada através do racismo, preconceito, discriminação, intolerância, injúria racial, persistem até os dias atuais porque povoa o imaginário, o inconsciente das pessoas. Nesse sentido, as políticas de ações afirmativas são mais que justas e necessárias para tentar equiparar os prejuízos históricos, culturais, sociais e identitários a que sofreram e ainda sofrem a população afrodescendente. Apesar de termos as cotas raciais, o reconhecimento das comunidades negras rurais como quilombolas, a inclusão de negros e negras nas universidades públicas e privadas do nosso país e, conseqüentemente, na pauta das políticas públicas.

O racismo opera no processo de anulação da identidade, este fator é perceptível na juventude de Queimadas. Uma identidade aniquilada pelos estereótipos que marcaram a trajetória dos negros historicamente, uma história que permanece invisível e silenciada em todas as estruturas sociais. Assim, três anos após a certificação enquanto comunidade quilombola, Queimadas está em processo de construção e fortalecimento de identidade individual e coletiva enquanto comunidade quilombola.

No que diz respeito às ações do Estado na comunidade, elas precisam superar o caráter assistencialista, uma vez que “as medidas assistenciais e humanitárias só alcançarão sua plenitude se forem efetivados os direitos étnicos à terra” (ALMEIDA, 2005, p.11). Sobremaneira, as famílias das comunidades quilombolas são vistas como clientelas para as políticas assistenciais. Em Queimadas não é diferente. Urge a regularização fundiária da comunidade para que as políticas assistenciais configurem-se em políticas públicas.

Um dos achados desta pesquisa foi a dificuldade que as jovens têm em falar que pertencem a uma comunidade quilombola, a não aceitação de sua cor. Ao nosso ver esse dado é revelador do quanto o racismo e a discriminação faz os negros e negras, quilombolas ou não, terem vergonha de quem são, de seu povo, de sua história. São as peles negras com reflexos brancos (FANON, 2008).

Todavia duas jovens em particular, atribuíram importância à comunidade em que moram, pois sentem-se valorizadas quando sua história é narrada no ambiente escolar, ainda que em eventos pontuais. Assim, para além da figura do jovem desinteressado, se preocupam com a história da comunidade, a forma como ela é narrada por outras vozes e por outros sujeitos, embora tenham dificuldades em dizer que é do quilombo com o significado que o nome carrega; pois veem o quilombo como um lugar de negros fugitivos, de dor e sofrimento.

Destacamos que os grupos, a comunidade de Queimadas podem se transformar reflexivamente, sobretudo com o auxílio do outro e das lutas por reconhecimento. O reconhecimento em todas as suas vertentes é processo intersubjetivo e contínuo. É um

desrespeito, também, as condições de trabalho a que são submetidos estes sujeitos, seja na boia fria ou no corte de cana, por não terem opções de trabalho no próprio local de vivência.

O investimento na cultura local e de origem africana é principiante tendo em vista, sobretudo, a resistência sob o viés da religião. Assim, a capoeira é a manifestação cultural de origem afro com maior destaque na comunidade. Apesar de ser referência para todas as interlocutoras nenhuma delas participam, a participação maior é do público infantil e adolescente.

Portanto, diante dessas considerações, os resultados apontam que são vários fatores que dificultam o reconhecimento dos jovens como quilombolas, tais como: a visão estereotipada e preconceituosa que se têm da África, dos negros, dos quilombos e de religião de matriz africana; situações cotidianas de racismo; de preconceito e de discriminação racial e o desconhecimento da história e da luta da comunidade quilombola de Queimadas.

Faz-se necessário projetos locais e coletivos para o fortalecimento da identidade negra e quilombola, em parceria com as escolas e pesquisadores que estudam a temática para que os jovens, e todos de Queimadas, superem essa visão depreciativa de si e do grupo e possam falar com orgulho de seu território, de sua história. Nessa pesquisa as jovens revelaram as ambiguidades da construção da identidade etnicorracial e quilombola marcado pela invisibilidade e silenciamento por parte da instituição escolar ao não lembrarem como a escola tratou a história da África e dos quilombos, neste aspecto o silêncio é eloquente por parte das jovens.

Ao concluir esta pesquisa temos a convicção de que colaboramos com as discussões acerca da juventude como uma categoria social, como uma fase de vida e não a preparação para outra fase, a adulta (ALVES, 2015), assim como uma concepção de quilombo ressignificada, em (re) construção de modos de viver, ser, agir e fazer, como um espaço de lutas e resistências onde a ancestralidade negra é preservada. Contudo, outras indagações pairam no ar, uma vez que acreditamos ser necessário ouvir os adultos e crianças sobre quais representações fazem sobre o ser quilombola, bem como a relação que se faz entre memória e juventude.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **O direito à terra**. Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC): orçamento e política socioambiental. Ano IV, nº 13, junho de 2005
- ALVES, Aline Neves Rodrigues. **Juventude quilombola: projetos de vida, sonhos comunitários e luta por reconhecimento**. Belo Horizonte, 2015. Dissertação de mestrado (UFMG).
- ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo (org). **Raça: Perspectivas Antropológicas**. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.
- BARDIM, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 3239/2004**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI3239RW.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/legislação/const>> Acesso em 30 de abril de 2018.
- BRASIL. **Decreto nº.4887, de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 30 de abril de 2018.
- BRASIL. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas**. Programa Brasil Quilombola. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>. Acesso em: 03/05/2018
- CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político**. Rev.latinam.cienc.soc.niñez juv 7(1): 179-208, 2009 <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>
- D´ADESKY, Jacques. **Anti-racismo: liberdade e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Daudt, 2006.
- DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Nº24. Educar/Curitiba. Editora UFPR: 2004, p. 213 – 225. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em 26 de junho de 2018.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FRASER, NANCY. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. Tradução de Júlio Assis Simões. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. Serie pesquisa em educação v.10. Brasília – DF, 2005

GIL, Antônio Carlos. Questionário. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015. — (Coleção Agenda brasileira)

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. História. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Juventude, práticas culturais e negritude: o desafio de viver múltiplas identidades**. GT: afro-brasileiros e educação, nº21. FAE/UFMG, 2004.

JESUS, Rodrigo Ednilson de; REIS, Juliana Batista dos. DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL. In: CORREA, Licinia Maria; ALVES Maria Zenaide; MAIA, Carla Linhares (orgs). **Cadernos Temáticos: Juventude Brasileira e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana. **Educação em Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Velho Chico/BA: indagações acerca do diálogo entre as escolas e as comunidades locais**. 2015. 217 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, 2015.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos**. A pesquisa qualitativa em debate. Anais. Bauru: USC, 2004. 10 p. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2018

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo (28): 56-63. Dez/fev, 1996.

PEREIRA, Ricardo Augusto Gomes. **Juventude do campo e quilombola: educação, identidade cultural na comunidade quilombola de Itaboca – Inhangapi/PA**. Universidade Federal do Pará: Belém, 2014. – Dissertação de mestrado.

PIMENTEL, Jamile Pereira; et all. **Os processos de escolarização entre as gerações do quilombo Queimadas**. Artigo apresentado no Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, p 1826-1842, 2017.

POVOADO de Queimadas: descendentes de quilombolas. Documentário (40 mim) elaborado pela secretaria de assistência social de Guanambi-BA, 2014.

RAMOS, Aline Oliveira. **Práticas de discriminação racial nos anos iniciais do ensino fundamental**: sentidos de professoras. Curitiba, PR: CVR, 2015.

REIS, Cacilda Ferreira dos. **Trabalho, juventude e as desigualdades raciais: desafios para as políticas públicas brasileiras**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, de 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ).

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa Documental**: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - Julho de 2009

SILVA, Kleide Iraci Marques. **A construção da identidade Quilombola na percepção dos jovens de Araçá/Cariacá, Bom Jesus da Lapa – Bahia**. Salvador, 2014 - Dissertação de mestrado.

SILVA, Lidiane Rodrigues Capelo da; et all. **Pesquisa documental**: alternativa investigativa na formação docente. PUC-PR: III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia – 26 a 29 de outubro de 2009.

WOLKMER, Antônio Carlos; FILHO, Carlos Frederico Marés de Souza, TARREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco (orgs). **Os direitos territoriais quilombolas**: além do marco territorial. Goiânia: editora da PUC Goiás, 2016.